



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Excelentíssimo Ministro das Comunicações, Senhor Juscelino Filho, por intermédio do Presidente dos Correios, Senhor Fabiano Silva, informações sobre as mais de 200 unidades dos correios que correm risco de despejo.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro das Comunicações, Senhor Juscelino Filho, por intermédio do Presidente dos Correios, Senhor Fabiano Silva, solicitação de informações sobre as mais de 200 unidades dos correios que correm risco de despejo, nos seguintes termos:

- 1) Quais são as estratégias e ações que estão sendo planejadas para reverter o resultado negativo atual, em curto e médio prazo?
- 2) A estatal está em crise financeira e teve de suplementar o orçamento para pagar quase R\$ 10 milhões em parcelas de IPTU atrasadas, condomínio e dívidas imobiliárias. O que aconteceu para que resultasse nessa situação?
- 3) Existe um risco real de a empresa quebrar e ter que ser resgatada pelo Tesouro?





- 4) Os Correios atribuíram o prejuízo atual à gestão da estatal durante o governo Bolsonaro. No entanto, a empresa teve lucro em 3 dos 4 anos do governo anterior. Sendo assim, como se explica tal afirmação?

Justificação

Com um rombo superior a R\$ 2 bilhões em seus cofres até setembro deste ano, os Correios correm risco de despejo em ao menos 200 imóveis alugados pela estatal. A informação foi repassada à diretoria da empresa em 30 de outubro de 2024, por meio do ofício regular 53228685/2024.¹

Segundo o documento, há 122 imóveis que enfrentam ação de despejo em função do não pagamento. Esses, segundo o documento, podem ser alvo de despejo ou ação judicial 30 dias depois da publicação do documento, ou seja, a partir de 30 de novembro de 2024.

Há outros 127 contratos com prazo a vencer até o fim do ano. A estatal decretou um teto de gastos e determinou que renovações de contratos só poderiam ser feitas a partir da economia gerada na negociação de outros imóveis. Logo, há um imbróglio sobre a permanência ou não nessas localidades.

O documento cita possíveis consequências de interromper as negociações para renovação dos aluguéis: “Ação de despejo em 30 dias, fuga ao processo de contratação, enriquecimento ilícito, multas, juros, crimes e penalidades. No caso de uma empresa pública, a falta de pagamento pode ser tratada como uma infração administrativa”.

Procurados, os Correios disseram que a atual gestão não orienta fechar agências. “Não há qualquer orientação da empresa para o fechamento de agências em 2024. Ao contrário da gestão anterior, que fechou mais de 160 agências”. Leia a íntegra da resposta dos Correios (PDF – 44 kB). Dentre os imóveis que podem ser alvo de ação de despejo, há 206 agências dos Correios,

¹ <https://www.poder360.com.br/poder-governo/mais-de-200-unidades-dos-correios-correm-risco-de-despejo/>





34 centros de distribuição domiciliar, 3 centros de tratamento de cartas e encomendas e 1 centro de encomendas.

A diretoria pediu para redirecionar R\$ 1,5 bilhão do aluguel de um centro de tratamento de cartas e encomendas em Contagem (MG), que foi interditado em outubro, para renovar esses contratos. O processo, porém, ainda está em curso. O imóvel pertence ao FII (Fundo de Investimento Imobiliário) TRBL11 (Tellus Rio Bravo Renda Logística). Em 10 de outubro, os Correios informaram que estavam interrompendo as atividades no local por causa de um problema de estrutura. A TRBL11 não reconheceu esse suposto problema e cobrou laudos técnicos. Na 6ª feira (6.dez), a Defesa Civil do município de Contagem (MG), liberou o uso do galpão pela estatal.

Procurados, os Correios disseram que esse tipo de redirecionamento é normal. Mas não disseram se de fato será feito nem quando.

O documento mostra que os Correios tinham dívidas de R\$ 9,5 milhão com pagamentos atrasados de condomínio e IPTU, além de demandas judiciais e TCDs (reconhecimento de dívidas) no fim de outubro. Foi solicitado provisionamento para a diretoria. Segundo a assessoria de imprensa dos Correios, foi concedido.

A atual gestão dos Correios no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teve, de janeiro a setembro, o maior prejuízo da história da estatal no período. Foram R\$ 2 bilhões. Se continuar nesse ritmo, pode superar o déficit de 2015, de R\$ 2,1 bilhões, registrados quando Dilma Rousseff (PT) era a titular do Palácio do Planalto.

O presidente dos Correios é o advogado Fabiano Silva dos Santos, 47 anos, indicado ao cargo pelo Prerrogativas, grupo de advogados simpáticos ao presidente Lula que atuou e segue atuando fortemente contra as acusações de processos da Lava Jato.

Por causa da deterioração das contas, os Correios decretaram em outubro um teto de gastos para o ano, de R\$ 21,96 bilhões. A definição foi informada aos gestores em 11 de outubro. O documento foi colocado sob sigilo.

Portanto, sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações





Câmara dos Deputados

Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 09 de dezembro de 2024.

CAPITÃO ALBERTO NETO

Deputado Federal / PL-AM

Apresentação: 10/12/2024 10:30:00.100 - Mesa

RIC n.4583/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245619280600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto

